

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães, 1.º Vice*) — Nestas condições não é possível prosseguir com a sessão. Mais do que nunca precisa o Congresso Nacional estar reunido dentro da disciplina do nosso Regimento para o encaminhamento satisfatório dos problemas mais graves do País.

Solicito aos Srs. Deputados ocupem seus lugares.

O SR. NESTOR DUARTE — Senhor Presidente, despojado de qualquer título, e na minha única condição de cidadão e Deputado diante do excepcional acontecimento de que estamos tendo notícia, estarecidos convoco toda a Câmara, convocando assim o País, a refletir, com a possível calma e a indispensável ponderação, (*muito bem, muito bem; palmas*), pois que este instante é um dos mais graves do destino de nossa terra a do regime democrático entre nós.

Temos estado, até aqui, divididos e subdivididos em facções políticas. Isto é o comum, é a rotina da vida pública entre nós. Mas, acima de nós e fundo do coração de todos nós, estamos unidos por certos e fundamentais sentimentos solidários, (*muito bem, muito bem; palmas*), o de amor ao nosso País, o de consagrarmos-nos inteiramente à vida democrática.

A renúncia do Sr. Jânio Quadros é uma calamidade! É como um temporal! E o nosso dever, neste momento, é minorar ou evitar essa calamidade.

Como ele se dirigiu ao Congresso, renunciando, cabe ao Congresso decidir e deliberar, e eu creio que este, ao fazê-lo, deve ter em vista, primeiro, a continuidade do regime democrático, (*muito bem; muito bem; palmas*); segundo a continuidade do nosso País a defesa de seu progresso, inclusive político.

Assim, quanto possível, que se resguarde, também, a continuidade do poder constituído, porque é o poder legítimo e, como poder legítimo, o poder sagrado para nós. (*Palmas*). Que a Câmara e o Se-

nado se reunam e, quanto possível, rejeitem essa renúncia. Não falo como Líder do Governo. Estou despojado de qualquer título. Falo como brasileiro e como simples deputado. Essa renúncia é, neste instante, repito, uma calamidade!

O Sr. *Último de Carvalho* — O regime continuará na pessoa do sucessor. O regime não acabará. Há o sucessor constitucional.

O SR. NESTOR DUARTE — Minhas palavras, Sr. Presidente, são, antes de tudo, um voto, voto por amor à nossa terra, por amor ao regime. Que cada qual, neste instante, ainda que tomado dos sentimentos mais perturbadores, resolva e decida com o olhar bem alto, porque, acima de nós, está o ideal e o interesse que nos devem conduzir, daqui em diante. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

(Tumulto).

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães — 1.º Vice*) — A Mesa faz uma apelo aos Srs. Deputados, para que ocupem seus lugares e se evite o tumulto nas bancadas. A Mesa solicita a atenção dos Senhores Deputados.

O SR. ALMINO AFFONSO * — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sei que é sobremaneira difícil se obtenha dos ilustres Deputados a tranqüilidade indispensável para analisar em toda a dimensão o grave acontecimento que à Nação neste instante se apresenta. Acredito, entretanto, que como é a própria sorte do regime democrático que se joga nestes minutos, nos será possível, menos pelo orador em si que está na tribuna, menos pelo partido político em nome do qual falo neste momento, do que pela motivação maior que a todos nos preocupa num instante de clareza, para podermos sustar as apreensões e as justificadas inquietações, permitindo-nos, em comum, raciocinar à margem das distinções partidárias postas de lado as diver-

* Não foi revisto pelo orador.

gências doutrinárias, em torno da manutenção do regime democrático, custe o que custar.

Sr. Presidente, é estranha a manifestação que se ouve através do documento ainda há pouco lido pelo Deputado Dirceu Cardoso. Ainda ontem — diria mal — ainda na madrugada de hoje, reunidos Deputados na Câmara para tomar conhecimento das graves acusações que eram feitas pelo Governador da Guanabara, tínhamos a informação do Sr. Ministro da Guerra, o Marechal Odylio Denys, de que a vida nacional corria tranqüila, de que todo o País repousava na ordem, na disciplina, no acatamento da lei. Nada, Sr. Presidente, desde esta informação até agora, contesta a notícia dada à Câmara pelo Senhor Ministro da Guerra.

É o próprio Sr. Jânio Quadros no seu documento de renúncia que declara ao agradecer a colaboração dos seus companheiros de luta, de trabalho, que também estende este agradecimento às Forças Armadas do País, mantidas segundo ele, na manutenção da ordem, no cumprimento dos seus deveres constitucionais na preservação da tranqüilidade pública.

Eu me indago, então, Sr. Presidente: que estranha dualidade é esta? Que forças tão poderosas são estas que derrubam um Presidente da República...

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Já mataram outro .

O SR. ALMINO AFFONSO — ... quando as Forças Armadas, por inteiro, na declaração do próprio Presidente da República, no seu documento da renúncia estariam unânimes, firmes na manutenção da ordem, na defesa do regime democrático?

Nada, Sr. Presidente, neste instante permite, sob pena de nos considerarem ingênuos, de aceitar que o documento corresponda à verdade dos fatos.

Por que não denunciar quais são as forças que neste momento co-

mandaram a renúncia? São poderosas forças econômicas? E' denunciá-las de público, Sr. Presidente. São forças políticas?

Mas que forças são estas, se a própria Oposição sucessivas vezes aqui outra coisa não tem feito senão declarar que na manutenção do regime democrático não distinguirmos qualquer limite de natureza partidária, (*palmas*), mas, ao invés, nós nos entregáramos à luta ombro a ombro com todas as forças democráticas deste País, voltados tão só e exclusivamente para a garantia da ordem pública pretenda retornar ao Governo à atos individuais, para a certeza de que o País continuaria caminhando sob o império da lei, da ordem e da legalidade?

Se não são as forças políticas que se levantam para derrubar o Governo, se não o são as forças econômicas, que não são apontadas, se as próprias forças militares o governo testemunha ainda neste instante estarem seguras, tranqüilas, firmes, na manutenção da ordem democrática, que, força é, que mistério é, que estranho poder, neste instante, derrubaria um governo como se arreia um castelo de cartas?

Sr. Presidente o Partido Trabalhista Brasileiro, neste instante, fiel às suas tradições democráticas, não pode aceitar esta renúncia senão como um golpe em que o Presidente da República pretenda retornar o Governo à maneira de um ditador, disfarçado ou não, seja sob que forma for. (*Palmas*).

Não é mais hora para engodo, não é mais hora para farsa, não é mais hora para que se possa impingir à Nação mais uma renúncia que, amanhã, será renunciada a pretexto de que, abalado por forças estranhas, peado, manietado, queira ele retornar ao Poder na plenitude de um poder absoluto.

O Partido Trabalhista Brasileiro, seguro de todas as suas tradições, fiel à repetição de quantas declarações fez desta tribuna, manteria e manterá os mandatos...

O Sr. *Oswaldo Lima Filho* — Permite um aparte

O SR. ALMINO AFFONSO — de quantos sejam eleitos pelo povo e representam a soberania popular em todos os escalões do poder neste País...

O Sr. *Euzébio Rocha* — Deputado, V. Exa. me permite?

O SR. ALMINO AFFONSO — ... e não pode, com a autoridade de quem assim se comporta com a fidelidade de quem assim se comporta, não pode, sob pena de erro político da mais alta gravidade, aceitar que essa capitulação representa a efetiva queda de um governo manietado, peado, derrubado pelas poderosas forças que anuncia, mas que não declara, não determina, não discrimina. Que forças são? A dos senhores latifundiários, porque anuncia que a reforma agrária é indispensável?

Nada, Sr. Presidente, assistiu este País que permita essa conclusão. Pelo contrário, são as forças sociais do campo que se levantam, até mesmo empunhando armas, para assegurar que, em verdade, mais que nunca a reforma agrária se fazia inadiável e, por igual, ainda se faz. Quais são, então as outras forças? Apontem-nas os homens do Governo, porque o Presidente renunciante não soube não pôde ou não quis fazê-lo. Esta Câmara está perplexa; é compreensível. Não é próprio da vida pública nacional o jogo de última hora, a farsa que engana, o engodo que confunde. O que neste instante se quer e se pretende é que todas as forças possam realmente unir-se.

O Sr. *Euzébio Rocha* — O momento não é para longa discussão; o momento é de decisão.

O Sr. *Ruy Ramos* — Está falando o Líder do PTB que tem autoridade para usar da palavra.

O SR. ALMINO AFFONSO — Tenha tranqüillidade o nobre Deputado, que será dado seu aparte.

Mas enquanto não quiser, tenho direito de não concedê-lo.

Tranqüilize-se V. Exa. que o darei depois.

Sr. Presidente, não há, entretanto porque tumultuar. O Sr. Jânio Quadros entendeu que não tem possibilidades de comandar. Renunciou. A renúncia está aceita.

O Sr. *Ruy Ramos* — É um direito que lhe cabe.

O SR. ALMINO AFFONSO — A Constituição prevê a hipótese. Sobre o Vice-Presidente da República. O Vice-Presidente não está no País, sobe o Presidente da Câmara (*Palmas*).

O que não é possível é ficarem as Forças Armadas, neste instante, assustadas, alarmadas, diante de um jogo de cartas que o País não tolera, não aceita, que é contrário a toda a sua tradição política.

Deputado *Euzébio Rocha*, perdôe-me pela demora na concessão do aparte.

O Sr. *Euzébio Rocha* — Queria já agora solidarizar-me com a conclusão de V. Exa. Houve renúncia. Renúncia é a manifestação da vontade pessoal. Um Presidente deve ir às últimas das conseqüências no exercício do seu mandato. Houve um no Brasil, que só renunciou com a vida para defender os ideais de emancipação econômica.

Se S. Exa. renunciou, que a ordem legal continue através do assumir o poder o Presidente da Câmara e que as Forças Armadas estejam à altura desse movimento histórico, mantendo a integridade do regime. Creio e espero em Deus não venha a luta perturbar a nossa sagrada posição de conquistar, para o Brasil, a emancipação econômica, com outro qualquer homem no poder (*Palmas*).

O Sr. *Gustavo Capanema* — Nobre Deputado, eu ia dar um aparte apenas para retificar, com a devida vênia, uma palavra de V. Exa... mas creio que ela já está retificada no aparte que o meu colega acaba de proferir. V. Exa. tinha dito que o Senhor Jânio Quadros renunciou

e que a renúncia estava aceita. É esse "aceita" que eu gostaria, com a devida vênia, de retificar. A renúncia é, por definição, ato unilateral, irretirável.

A renúncia, portanto, não está aceita. A renúncia é um acontecimento histórico. Não temos competência constitucional para aceitá-la, para recusá-la, para aplaudí-la, para tomar qualquer pronunciamento em face dela. A única coisa que nos cabe é tomar conhecimento do acontecimento que foi a renúncia, ato unilateral e irretirável, repito, do Sr. Presidente da República. Nestas condições o que se segue é a aplicação pura e simples da Constituição. Assume o Governo o Vice-Presidente da República pelo resto do período. E, como S. Exa., o Sr. Vice-Presidente da República, já agora Presidente da República, não está no País, assume o poder, em seu lugar, o Presidente da Câmara, como a *Constituição indica*.

Este é o desdobramento natural, normal, da regra constitucional. Era o que eu tinha a dizer a Vossa Excelência. Perdoe-me por intervir já agora diante do seu discurso tão oportuno brilhante e patriótico, apenas para retificar um adjetivo, palavra sempre tão secundária, mas que, no momento, tem um sentido de alta importância. Muito obrigado pela concessão deste aparte.

O SR. ALMINO AFFONSO — A honra foi minha. Quando me referi a renúncia aceita, não tinha outro sentido senão de uma declaração política. Do ponto de vista jurídico, bastava o fato do desdobramento do meu discurso, quando eu apontava os sucessores imediatos, na ordem vocacional, de acordo com a Constituição, para evidenciar que nem de leve levantará o problema jurídico de o Congresso aceitar ou não a renúncia do Sr. Presidente da República. No instante em que ele a formula e apresenta, ela é por inteiro um ato completo e acabado. A expressão

"aceita" tinha tão só e exclusivamente um significado político.

O Sr. Fernando Santana — Nobre Deputado Almino Afonso, Vossa Excelência e muitos outros companheiros de nosso partido vinhamos há dias analisando a situação de nosso País. Sabe V. Exa. e muitos dos nossos companheiros que, em reuniões de nossa bancada ou de grupos de nosso partido, chegamos à conclusão de que possivelmente o renunciante não seria o Sr. Carlos Lacerda, mas muito provavelmente o Presidente Jânio Quadros, V. Exa. há de recordar, como todos os brasileiros que também analisamos, que o clima de 1961 — e precisamente de 24 de agosto de 1961 — assemelhava-se àquele outro de 1954, quando o Presidente Getúlio Vargas, fundador do partido a que V. Exa. pertence e no qual todos nós estamos enfileirados, tentou, neste País, a Eletrobrás, o controle da remessa de lucros, e a denúncia dos lucros excessivos das empresas estrangeiras. A Nação foi levada ao paroxismo e o resultado foi o suicídio do próprio Presidente da República. Em 1961, já agora através desta Câmara a qual pertencemos, medidas idênticas se anunciavam, não só para o controle da remessa de lucros, não só para o controle dos abusos do poder econômico. Votamos, há poucos dias, o Código Brasileiro de Telecomunicações, que, pela primeira vez, punha a mão, diretamente, nos trustes internacionais que controlavam as comunicações neste País. Esta Câmara prometia ao País uma reforma agrária. Esta Câmara, por suas componentes partidárias, marchava para dar ao nosso País leis básicas para sua redenção e para a sua libertação econômica. Vejo também, nesta hora, Senhor Deputado, neste clima que se quis levantar novamente no País, semelhança àquele que tínhamos em 1954. Foram as forças contrárias ao desenvolvimento, à libertação econômica, que criaram novamente um clima idêntico, para que a

Nação permanecesse no *statu quo*, para que o povo não marchasse para sua libertação econômica, para que os camponeses não tivessem a sua reforma agrária e para que tudo continuasse como era antes. Sr. Deputado, a renúncia do Senhor Jânio Quadros fôra previsto por todos nós e afirmamos que em lugar do Governador Carlos Lacerda o renunciante seria o Senhor Presidente da República.

O SR. ALMINO AFFONSO — Senhor Presidente, continuarei a ouvir os apertes, que só enriquecerão este discurso. Quero, apenas, dizer que também retifico as expressões do Deputado Fernando Santana. Nunca me enfileirei na opinião do Deputado Fernando Santana quanto à análise da crise atual, nem aceito que a semelhança seja de tal ordem com o 24 de agosto que nos levou o bravo Presidente Getúlio Vargas, até mesmo porque naqueles dias a agitação militar estava na rua, a agitação social era indiscutível. Ninguém podia, por mais imaginação que tivesse boa, sadia, tranqüila, deixar de entrever o quanto havia de sombrio nos horizontes do País naqueles dias de agosto de 1954. Nos dias de hoje, entretanto, nenhuma agitação social se verifica, nenhuma agitação política, a não ser esta de crista, de remanso, que ligeiramente é toldada e levantada por uma rajada de vento mais forte, que foi o pronunciamento do Sr. Carlos Lacerda. Numa manifestação militar, antes ao invés, é o próprio Presidente da República, no documento de renúncia, que declara, ainda uma vez, que as Forças Armadas se mantêm por inteiro no respeito à ordem constitucional. Que semelhança há, que motivo maior, que razão mais profunda? Nem há de se dizer que haja o Sr. Jânio Quadros tão profunda, tão fortemente se incompatibilizado com as forças econômicas do País. Porque o que mandou para a Câmara em matéria de remessa de lucros é algo inteiramente destituído de maior segu-

rança ou de maior violência na possibilidade de coibir, em verdade, as sangrias que têm representado ao País as remessas constantes dos lucros das companhias estrangeiras. Sucessivos oradores puderam nos antecipar aqui, demonstrando isso com absoluta segurança. As outras teses, por igual, como a da reforma agrária, até então esboçada em definitivo pelo Sr. Jânio Quadros, como a definição dos abusos do poder econômico, que a própria Comissão de Constituição e Justiça deixou à margem como um documento jurídico inteiramente ineficaz. Quais foram os importantes pronunciamentos, as medidas que tenham, assim, tão violentamente separado o poder econômico do poder civil, a ponto de que o poder econômico se sentisse na necessidade imperiosa de derrubar o Sr. Jânio Quadros? Não aceito portanto, o raciocínio do Deputado Fernando Santana. Antes, ao invés, reafirmo minhas apreensões pelos dias de amanhã, que a renúncia hoje inicia.

O Sr. João Mendes — Sr. Deputado, a atitude estorrecedora, dramática, do Sr. Jânio Quadros, longe de determinar a dissensão entre nós de todos os partidos, deve continuar a união de todos nós, democratas. (*Muito bem. Palmas*). Não se esqueça V. Exa., Sr. Deputado, de que o Sr. Jânio Quadros renunciou a sua candidatura mas renunciou para voltar mais forte, naquela hora, pelo voto do povo. Mas agora não há mais voto do povo e pode querer voltar mais forte por outras forças.

O Sr. José Jofilly — Nobre Líder Almino Afonso, estamos ouvindo com a maior atenção e serenidade o discurso de V. Exa., proferido no tom de ponderação que caracterizam sua palavra. Considero respeitável o ponto de vista de Vossa Excelência, segundo o qual seria um erro político considerar este episódio como uma vitória eventual da vanguarda da reação, simbolizada nesta hora pelo Sr. Car-

los Lacerda. Respeito o ponto de vista de V. Exa., mas também quero acrescentar, para não deixar a verdade incompleta, que erro político maior será o de considerarmos o gesto do Presidente da República como uma farsa mesmo porque nos termos em que está expressa essa renúncia é ato irreversível. Portanto, parece um erro político maior, mais primário ainda, considerar o episódio uma farsa.

O SR. ALMINO AFFONSO — E' que V. Exa. toma a palavra ao pé da letra. Embora tão imaginoso, neste instante não dá um pouco de asa à imaginação.

O Sr. Padre Vidigal — Deputado Almino Afonso, não participo do conceito que acaba de fazer, sobre a renúncia do Sr. Jânio Quadros, nosso querido colega José Joffily. Seria ele, a esta altura da sua vida política, incapaz de uma farsa. E, porque não admitimos a farsa, todos nós, sem distinção de partido, congratulamo-nos com S. Exa. pelo patriotismo de seu gesto, para a paz da família brasileira e sobrevivência da democracia.

Estou com V. Exa. na discordância quanto ao pronunciamento do Deputado Fernando Santana. Que grupo econômico tramou contra a permanência do Sr. Jânio Quadros na Presidência da República, se os grupos econômicos mais fortes que atuam no Brasil estavam todos ao lado de S. Exa.? Que forças políticas atuaram em ambas as Casas do Congresso, contra o poder do Executivo se ele, contou com a maioria dos votos para a manutenção de seus votos, e se é conhecida a posição da maioria dos Senadores, sempre prestigiando o Sr. Jânio Quadros? Por tudo isso considero a renúncia do Sr. Jânio Quadros como alto gesto de patriotismo. Nesta hora extrema, podemos esperar que as Forças Armadas, fiéis ao seu juramento, compreendendo bem o seu dever, manterão a Constituição e a continuidade do regime democrático.

E, nesta oportunidade, permita-me V. Exa. que, encerrando o meu aparte, comunique a V. Exa. e a toda a Casa a posse do novo Presidente. Ranieri Mazzilli, no Palácio do Planalto às 17 horas. Todos os membros do Congresso, sem distinção de Partido, lá irão comparecer para a posse do novo Presidente da República. (Palmas). Sr. Deputado, encerrando as minhas considerações, penso que nenhum de nós tem direito de duvidar do patriotismo das Forças Armadas e da nossa capacidade de defender o regime a todo custo.

O Sr. Ruy Ramos — Permita-me. Meu eminente Líder, V. Exa. está falando em nome de nossa bancada. Coloca o problema em condições dignas de sua liderança. V. Exa. não afirmou que o gesto do Presidente da República seja uma farsa. V. Exa. admitiu a possibilidade de que isso ocorra, porque a verdade é que, na existência dramática, vamos dizer assim, heróica até do atual Sr. Vice-Presidente da República, já têm ocorrido fatos semelhantes, o que nos deixa numa certa suspeita relativamente ao gesto dramático que tomou. V. Exa., portanto, não afirmou que fosse uma farsa, mas admitiu que estivessemos no seio de um engodo do qual nós, do PTB, representantes do povo que sofre nas crises, precisamos prevenir para agir com firmeza e segurança e não cair no engodo e na farsa. Assim, o que eu gostaria de ouvir de meu caro Líder, seria pronunciamento no sentido de traçar, para nossa bancada, a orientação de nos mantermos com segurança — e eu diria, com frieza — em face deste episódio, que pode ter aspectos de grandiosidade, mas também pode ter aspectos de misérias que, a esta altura, ignoramos, quer um, quer outros. Nestas condições, Sr. Líder eu gostaria que V. Exa. recomendasse a nossa bancada que nos mantivéssemos serenos, aguardando a marcha dos acontecimentos,

para ver onde isto irá terminar, porque a grande verdade é que, até este momento, examinando friamente o problema, não podemos encontrar razões para a renúncia do Sr. Presidente da República. É indiscutível, ilustre líder, que ele saiu vitorioso desse recente episódio em que enfrentou o Governador Carlos Lacerda do Estado da Guanabara, ou foi por ele enfrentado. Este Governador, sim, realizou plenamente uma farsa, dentro do velho processo de suas farsas sucessivas. — E nesse capítulo é inegável que toda a Nação, as Forças Armadas, o Congresso e até os inimigos do Sr. Presidente da República ficaram ao lado do Presidente. Nada autorizava o Presidente a renunciar. Quando comecei a ouvir, na Comissão de Orçamento, os termos da renúncia do Presidente, eu entendi, perfeitamente, que eram os termos da renúncia do Governador da Guanabara, porque esta, sim, se justificava em face da evidente derrota moral que levava, mas a do Presidente da República ninguém poderia esperar, de maneira que outras razões subterrâneas devem estar determinando este gesto, e não seria o PTB, com as experiências de luta e de sofrimento das massas que representa, que deveria embarcar nessa canoa para aplaudir um gesto, engrandecê-lo e equipará-lo àquele histórico do Presidente Getúlio Vargas.

O SR. ALMINO AFFONSO — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Gabriel Passos — Nobre líder, penso — e V. Exa. há de permitir que aproveite seu discurso para dizê-lo — que estamos dentro dos acontecimentos. Qualquer comentário, qualquer julgamento é agora, *data vènia*, precipitado. Não podemos fazer um juízo porque não estamos senhores de todos os dados. Ainda hoje, pela manhã, estivemos constituindo uma comissão para coletar informações. Como querer precipitar um julgamento? Agora o que existe é um fato, a renúncia do

Presidente da República, ato da maior gravidade, porque importa à sorte do País e, quiçá, das instituições. A autoridade que, segundo a Constituição, deve ocupar o Governo precisa ser prestigiada desde logo. Assim que V. Exa. terminasse seu discurso poderíamos encerrar a sessão para assistir à investidura do Presidente da Câmara na Presidência da República. Depois, Deus auxiliará o Brasil a sair dessa dificuldade. (*Muito bem. Palmas*).

O Sr. Aurélio Vianna — Nobre Deputado Almino Afonso, V. Exa. vem situando a questão da renúncia do Sr. Presidente da República em termos altos. As palavras do nobre Deputado Gabriel Passos, homem experiente, decidido, velho lutador pelas causas democráticas, devem ser meditadas, ouvidas e atendidas. O momento não é para recriminações, nem para ataques pessoais. A Câmara deve ser digna do povo que representa, assistindo aos acontecimentos com altivez e cumprindo seus deveres constitucionais. Se o ato é irreversível, se a renúncia é unilateral, então que nos cabe fazer? É o que dita a Constituição da República. Lamento, profundamente, ter que assistir, nesta época, neste momento de dificuldades, a uma atitude como a do Presidente da República. S. Exa. tinha, praticamente, o Congresso a seu lado. Todos os seus vetos vinham sendo mantidos, todos os projetos enviados por S. Exa. analisados com a máxima simpatia. No caso surgido entre S. Exa. é o Senhor Carlos Lacerda, notava-se que havia uma inclinação do Congresso para S. Exa., contra as atitudes do Governador do Estado da Guanabara. Sentia-se S. Exa. forte, porque se dizia prestigiado. Há três dias, naquele discurso pronunciado sobre a erradicação do analfabetismo no Brasil, dizia-se a si mesmo forte e apolado. No grande banquete realizado na Guanabara, fora saudado pelas classes armadas, pelas três armas,

que comunicavam ao País inteiro estariam unidas na defesa das instituições democráticas. Logo, Sua Excelência tem algo dentro de si, há motivos que desconhecemos, imperiosos, que o levaram a praticar um ato dessa natureza, que deixa grande parte da Nação perplexa. Não tôda ela. Nobre Deputado Almino Afonso ouvimos a palavra de V. Exa., os apartes que lhe foram dados. O momento não é de paixão, é de calma, de meditação, é a hora do Congresso, como diz aqui um nobre colega. Então, se S. Exa. agiu irrefletidamente, ajamos dentro da reflexão, da calma, do patriotismo, procurando, antes de tudo, confirmar o regime e salvar as instituições democráticas. (*Palmas*).

O SR. ALMINO AFFONSO — Senhor Presidente, concluo agradecendo os apartes que me honraram, salientando ainda uma vez, como todos em verdade salientaram, que neste instante de tumulto da vida nacional cumpre a todos nós, mais do que nunca, a determinação de preservar as instituições democráticas.

Havia eu, no início desta oração, acentuado que, em termos constitucionais, cumpria ao Sr. Vice-Presidente da República, Dr. João Goulart, assumir a Presidência da República. A sua ausência, entretanto, neste instante, do País, levará, de acôrdo com as normas da Constituição Federal a que a suprema magistratura do País seja assumida, em caráter provisório, pelo Presidente Ranieli Mazzilli. E' portanto, o Congresso no comando do País; eis, portanto, o Congresso com a redobrada responsabilidade de manter, neste momento, em tôda a plenitude, no resguardo total do império da lei, as garantias dos cidadãos, a ordem, a disciplina, a tranquilidade nacional. Este é seguramente, Sr. Presidente, o estado de

espírito de todos; esta é a orientação de todos os partidos políticos nesta Casa, sem dúvida alguma, mas, sobretudo o é do Partido Trabalhista Brasileiro, que sucessivas vêzes aqui tem dito que a manutenção do regime democrático é fundamental, inclusive em termos das lutas de libertação nacional, porque só pela garantia das instituições democráticas pode o povo, podem as massas, podem os trabalhadores manter-se nas lutas em tôda a liberdade, com isso pressionando as elites dirigentes para que dêem a solução correta aos problemas sociais que hoje os afligem. E' portanto, na compreensão mais ampla do fenômeno político brasileiro, que o Partido Trabalhista Brasileiro diz que se coloca lado a lado com o povo na manutenção do regime democrático, custe o que custar, porque este é o nosso dever, este é o interesse do povo brasileiro, esta é, sem dúvida nenhuma, a garantia da tranquilidade pública, da ordem, da manutenção da paz.

Ajamos, Sr. Presidente, antes que uma desgraça maior, na eventualidade de choques de paixões, jogue o País nas convulsões de uma guerra cívil, porque não acredito, de modo algum, na instauração de um regime de ditadura, nos dias de hoje, sem que, de imediato, surjam em todos os cantos do País, as barricadas da resistência. Neste momento histórico da sua evolução, o povo, não tolerará, sem protesto, o que representaria um regime de exceção.

Sr. Presidente, eram as palavras que queria dizer, em nome do meu Partido, num instante tão tumultuado, mas ainda assim e sobretudo por isso, obrigando-nos todos àquela reflexão que é a aspiração maior dêste minuto no interesse da ordem pública e no interesse maior do povo brasileiro. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).